



SER NEGRO NA ESCOLA: ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO NEGRO NESTE ESPAÇO AO LONGO DA HISTÓRIA E NA ATUALIDADE

Verônica Rodrigues Ferreira da Silva¹
Laura de Oliveira Sangiovanni²

RESUMO

O artigo explora a complexidade da vivência de pessoas negras na escola, destacando como a estrutura escolar pode valorizar ou desvalorizar sua realidade étnico racial. Também tem a pretensão de analisar a categoria “pedagogia das ausências e emergências” no contexto escolar de Salvador, Bahia. Pensa a resistência histórica dos negros na educação, desde a escravidão até o presente, e destaca o movimento pelo acesso a uma educação inclusiva e reconhecimento da cultura afro-brasileira. Em conclusão, salienta a importância da formação docente antirracista e a necessidade de implementar o ensino da cultura afro-brasileira, em linha com a Constituição, promovendo a transformação educacional.

Palavras-chave: Indivíduos negros, Ambiente escolar, Pedagogia.

INTRODUÇÃO

O ser-, no sentido de existir-, de uma pessoa negra na escola perpassa mais que uma vivência comum de um indivíduo no ambiente escolar, pois toda a estrutura da escola tem o papel de valorizar ou invisibilizar a sua realidade enquanto uma pessoa negra, por meio da pedagogia utilizada no ambiente. Esse pensamento foi desenvolvido pela autora Nilma Lino Gomes (2017), uma pedagoga brasileira, pós-doutora em Sociologia, que se tornou a primeira mulher negra do Brasil a comandar uma universidade pública federal. Lino Gomes (2017) realiza, em seu livro “O movimento negro educador”, o desenvolvimento crítico das categorias Pedagogia das Ausências e Pedagogia das Emergências, baseado nas categorias cunhadas pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos: Sociologia das ausências e Sociologias das emergências.

¹ Graduanda do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia - UFBA e bolsista pesquisadora do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) pela mesma instituição, atuando no subprojeto Interdisciplinar de História e Ciências Sociais; veronicarodriferre@gmail.com.

² Coordenadora do Subprojeto Interdisciplinar de História e Ciências Sociais do PIBID/UFBA; Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG), laura.oliveira@ufba.br.



Este artigo tem como objetivo pensar interlocuções entre as categorias cunhadas por Nilma Lino, Gramsci e outros autores, a partir da vivência enquanto bolsista PIBID de uma estudante preta de Ciências Sociais, desenvolvida em uma escola que participa do programa, o Colégio Estadual João Pedro dos Santos, em Salvador, na Bahia. Um colégio de maioria negra, e que sofre todos os impasses de uma escola localizada em um bairro periférico e de estrutura precarizada, influenciada pela realidade da comunidade local. O foco é, portanto, analisar a realidade dos alunos negros desta escola e a presença da Pedagogia/Sociologia das Ausências e Emergências no plano pedagógico do local.

É nítido o movimento de resistência que acompanha a realidade dos negros nos ambientes de aprendizado. Movimento este que data desde a escravidão até a modernidade, passando pela instauração do colégio público e de qualidade para todos, uma reivindicação encabeçada pelo Movimento Negro Brasileiro. Foi por meio desse movimento que, diante do processo constitucional da defesa do ensino a valorização de uma episteme negra na pedagogia escolar, se estendeu o ensino da episteme negra para dentro da rede de ensino. Sendo assim, inspira e inova métodos deste grupo ao longo da história brasileira para aplicar dentro deste ambiente. Se torna imprescindível a análise do tema, para colocar em pauta a formação docente antirracista, anti-epistemicida e formular ações práticas para firmar a educação sobre cultura afro-brasileira, prevista na constituição.

METODOLOGIA

O artigo foi desenvolvido com base nos conhecimentos presentes na formação enquanto cientista social da autora, na UFBA, que se encaminha para a licenciatura. Sendo assim, há a influência do método antropológico de diário de campo (uma espécie de etnografia), formulado através de uma observação ora participante e ora distanciada, o último é uma metodologia já entendida como arcaica e fantasiosa na antropologia para uma observação de longa data, mas que era uma realidade nas primeiras semanas na escola. Malinowski desenvolveu muito bem suas críticas sobre os modelos de observação antropológica, descritos acima, em “Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia”.

Na observação participante foi registrada as interações em sala de aula, as interações com alunos e professores, além da interação com os pais dos alunos em Palestras e Reuniões na escola. Sendo este último método o mais usado, além do relato e contextualização da

história da escola por parte do professor supervisor; outra fonte de informação é a própria coordenação do colégio e seu canal de comunicação no Instagram.

REFERENCIAL TEÓRICO

Primeiramente, é necessário o desenvolvimento do que foi a estrutura escolar brasileira. Segundo a autora Maria Lúcia Hilsdorf, desde a escravidão à modernidade a função da escola é o de controle na circulação do conhecimento:

[...] A escola foi antes de tudo encarregada de uma configuração; foi o instrumento para o uso social de uma ordem de representações determinada. Por todos os seus espaços a escola brasileira esteve ligada à modificação da circulação da cultura. A escola foi organizada como uma forma de controle do corpo político da sociedade e das camadas populares. (2003, p.135)

Hilsdorf (2003) analisa em suas obras a história da educação brasileira, abordando em seus trabalhos desde a educação jesuíta até a estrutura moderna da escola. Sendo assim, pode-se dizer que ela analisa também os *status quo* e a cultura hegemônica de cada época, dado o papel que a escola tem de estar a serviço da elite de cada época, sendo assim os interesses econômicos e culturais de uma classe. Esse processo de controle, em certas correntes da ciência política, se dá através da hegemonia de uma classe.

Segundo Gramsci (1999), um autor da ciência política que se preocupou em analisar o papel do Estado na sociedade, o Estado é o veículo usado pela classe hegemônica para controlar a sociedade civil. A classe hegemônica seria a classe que detém o poder, também chamado de classe política, a que detém a hegemonia cultural. É necessário destrinchar os conceitos do autor para uma melhor análise: para Gramsci (1999), a hegemonia se dá a partir da soberania de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados; essa hegemonia é principalmente no campo cultural, assim, hegemonia cultural é um termo criado pelo autor para explicar que: a classe hegemônica cria uma preponderância da sua cultura em relação às outras, sendo seus valores e crença valorizados na sociedade em detrimento de uma cultura não hegemônica. Um dos meios utilizados para propagação e reafirmação da sua hegemonia são os aparelhos privados, como os sindicatos, as igrejas e o mais importante para discussão aqui feita: a escola.

A discussão sobre educação e hegemonia se estende para o conceito “Pedagogia da Hegemonia”. O termo é discutido por Lucia Neves (2022), pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz). Autora do livro “A nova

pedagogia da hegemonia – estratégias do capital para educar o consenso”, em relato para uma matéria, ela aponta que, como discutido acima, o Estado é um veículo da hegemonia cultural e aliado a ele a escola atende a uma pedagogia também hegemônica.

Gramsci formula o conceito do Estado educador, como a direção intelectual e moral de uma classe social sobre o conjunto da sociedade. A partir daí, temos toda relação de hegemonia como uma relação pedagógica. Por isso, nossos estudos classificam esse movimento como ‘pedagogia da hegemonia’, que foi e é dominante da classe burguesa. (EPSJV/Fiocruz, 2022, p. x)

Assim, voltando a Hilsdorf e à escola ao longo da história brasileira, é nítido que o negro não foi pensado para estar na escola no Período Colonial nem ao final do Império Brasil. No primeiro momento era proibido em lei a presença dos negros no ambiente escolar, e no segundo período, após a promulgação da lei, a presença dos negros neste espaço ainda era minoria. Havia, no entanto, espaços nestes dois momentos de produção e propagação da intelectualidade negra: os jornais.

A autora Nilma Lino Gomes (2017), em seu livro “O movimento negro educador”, explora um pouco da imprensa negra paulista da época, e aqui pode-se fazer a ligação entre movimento negro e educação. Segundo a autora, marginalizados e segregados de demais ambientes de erudição, os negros em São Paulo buscaram se organizar enquanto intelectualidades negras para pessoas negras, com suas diferentes perspectivas, e priorizando informações que influenciassem a organização destas pessoas politicamente enquanto raça.

A imprensa negra era considerada produtora de saberes emancipatórios sobre a raça e as condições de vida da população negra. Esta era uma estratégia para, além da divulgação dos saberes emancipatórios e, retornando à perspectiva gramsciana, contra hegemônicos, romper com o imaginário racista da época, influenciado pelas teorias da Antropologia racista. Por meio de uma ciência falaciosa e moralmente corrompida, a Antropologia, aliada a uma Biologia precária e com embasada em teorias racistas, pregava que os negros eram intelectualmente inferiores. Muitos jornais foram criados para quebrar essa premissa, entre elas “O alfinete” (1918-1921) e “Cruzada Cultural” (1950-1966).

Daí por diante, há o desenvolvimento da autora de várias estratégias utilizadas pelo Movimento Negro como estratégias para educação e então politização, como A Frente Negra Unificada (que depois se transforma em Movimento Negro unificado, o MNU) e o Teatro Experimental do Negro (TEN). A autora não explora muitas manifestações além das

estratégias dos negros em São Paulo e Rio de Janeiro, mas é possível a exemplificação de manifestações extremamente importantes na Bahia, como o Ile Aiyê e o Olodum como promovedores de uma cultura e episteme negra.

O Teatro Experimental do Negro, formado pelo MNU, além de promover manifestações artísticas como peças de teatro, desfiles e saraus, era produtor também de um jornal, o “Quilombo” (1948-1950), que apresentava em todas as suas edições a declaração do “Nosso programa”, um manifesto que reivindicava o ensino gratuito para todas as crianças brasileiras, a admissão subvencionada de estudantes negros nas instituições de ensino secundário e universitário, onde esse segmento étnico-racial não entrava devido à imbricação entre discriminação racial e pobreza. A partir de 1960 a entrada do negro nas escolas se torna efetiva, mas é pausada pela ditadura militar de 1964.

Passada a ditadura, há novamente a reivindicação para uma escola antirracista e progressista. Assim, nos anos 2000, o movimento negro começa uma reivindicação mais radical por políticas públicas raciais, como por cotas nos órgãos estudantis. Isso leva a mudanças internas como a criação da Secretaria de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), em 2003. Ainda em 2003, foi sancionada a Lei 10.639/03, incluindo os artigos 26-A e 79-B da LDB: “Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira” assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselheiros escolares pedagógicos e com a sociedade civil”, ou seja, tornando obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas dos Ensinos Fundamental e Médio. O avanço da educação brasileira foi nítido nesse período e motivo de comemoração, mesmo com um longo caminho a frente por parte do movimento negro.

Ao ressignificar e politizar a raça, compreendida como construção social, o movimento negro reeduca e emancipa a sociedade e a si próprio, produzindo novos conhecimentos e entendimentos sobre as relações étnico-raciais e o racismo no Brasil, em conexão com a Diáspora africana. (LINO GOMES, 2017, p. 28)

A partir de uma contextualização histórica, a autora Nilma Lino Gomes (2017), discute a estrutura pedagógica no espaço escolar, fomentando o debate na atualidade, inspirada no sociólogo Boaventura Sousa Santos. O autor apresenta a “Sociologia das Ausências”, que consiste numa investigação que visa demonstrar que aquilo que não existe é,

na realidade, ativamente produzido como não existente. Essa sociologia objetiva, com a exposição da existência das ausências, transformá-las em presenças, Lino Gomes (2017) pontua que há produção de não existência sempre que determinada entidade é desqualificada e tornada invisível. Daí o termo Pedagogia das Ausências, para que haja o reconhecimento de quais epistemes não estão sendo ensinadas e exploradas no espaço escolar, é a percepção de que saber não está sendo transmitido e explorado, em detrimento da supervalorização de outro.

Em dualidade, há a Sociologia das Emergências, que consiste em substituir o vazio do futuro dessas epistemologias invisibilizadas por um futuro de possibilidades plurais. Sendo assim, Lino Gomes (2017) pontua que a Sociologia das Emergências é a investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas, ampliando o presente, sendo uma forma de imaginação sociológica que visa conhecer melhor as condições de possibilidade e definir ações que promovam a realização dessas condições. Sendo assim, a Pedagogia das Emergências é a idealização e plano prático para que ocorra o estudo e prática de outras epistemologias e culturas no espaço de aprendizado escolar.

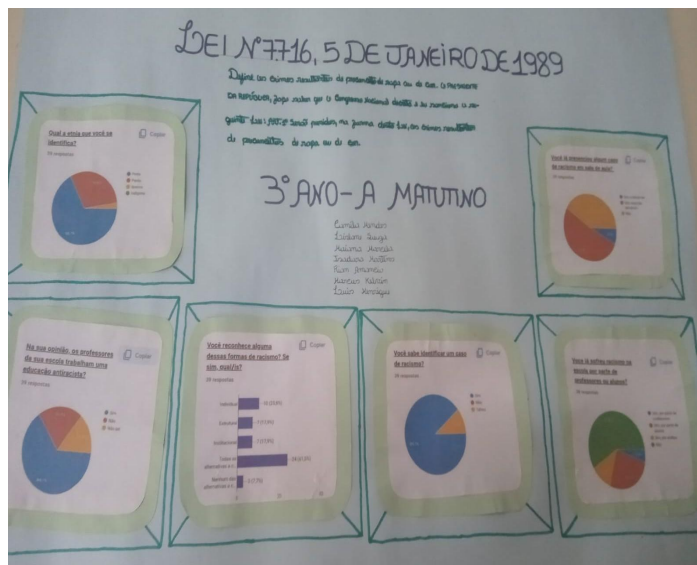
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a instalação do grupo PIBID no Colégio João Pedro dos Santos, no bairro Bonocô, em Salvador-BA, é realizada uma apreensão de informações sobre o colégio, que o situam na discussão sobre a presença dos negros na escola. O colégio foi fundado em 10 de fevereiro de 1978 e passou por duas reformas, a primeira em 1º junho de 1993 e a segunda em 20 de julho de 1999. Como trabalhado ao longo deste texto, os anos de fundação e reformas do colégio em questão foram os anos de uma consolidação democrática no país, e a radicalização por parte do movimento negros para ações efetivas a fim da inclusão e valorização do negro no espaço escolar.

Ademais, há o registro do embate atual do progressismo *versus* conservadorismo na práxis pedagógica do colégio em questão. Pedagogia além da sala de aula, mas que compõe todo o espaço de ensino. Há o registro de várias atividades que trabalhavam a questão da negritude na sala de aula, tanto no campo diretamente intelectual quanto artístico. Um exemplo do primeiro ramo é um trabalho que uma turma realizou, antes da chegada do grupo PIBID, para ser exposto na sala de teatro, o trabalho se tratava de uma coleta de dados realizada pelos alunos para o registro de uma estatística sobre a quantidade de pessoas negras na escola, quantas pessoas haviam sofrido racismo e se o racismo era por parte da equipe

pedagógica também:

Figura 1 - Trabalho escolar sobre criminalização do racismo.



Fonte: Foto tirada por membro do grupo. Janeiro de 2023.

Apesar desses trabalhos que estimulam o senso crítico, segundo o professor supervisor, Paulo José dos Santos, a maioria dos estudantes não coloca o ambiente universitário enquanto uma perspectiva de futuro, na realidade, até a presença na escola é algo problemático, pois a evasão dos alunos, de maioria negra, é muito grande. Assim, é perceptível a presença da discussão sobre raça na escola, mas a ausência de políticas públicas que mantenham os alunos neste espaço.

Há o registro da presença de mulheres negras enquanto palestrantes na escola, como a diretora do Sindicato das Domésticas, que é ex-aluna do colégio; uma palestrante enviada pelo SUS para uma palestra sobre o mosquito da dengue, palestra essa que abrangia um discurso sobre a doença e classe de forma não discriminatória. Enquanto, por um lado, há a perspectiva de pessoas negras enquanto provedoras de conhecimento, há também uma tentativa de coerção de outros negros. No dia 11 de agosto de 2023, a diretora relatou que a Ronda Policial que passava em frente a escola violentou um aluno, que estava tentando intervir na discussão de outros colegas. A ronda policial agrediu o aluno negro e menor de idade, que estava com a farda da escola, e o levou na viatura para delegacia. Além disso, a Ronda Escolar ainda recorreu à guarnição, deixando a escola repleta de policiais. A diretora insistiu em prantos em acompanhá-lo e conseguiu ficar com ele da viatura até a delegacia.

A ronda escolar existe nessa situação como órgão defensor da cultura hegemônica, na

tentativa de coagir o negro no espaço escolar, para que ele entenda que o lugar dele não é na escola, mas escoltado na viatura. Há um incômodo da classe hegemônica com o acesso à educação das pessoas negras, além de uma tentativa de aniquilar essa presença. Um espaço escolar antirracista deveria estar preparado e protegido desse tipo de ataque, mas pela falta de uma proteção a essas medidas, a Ronda Escolar teve fácil acesso ao aluno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

À medida que a análise se aprofunda na vivência de um indivíduo negro no ambiente escolar, emerge um cenário complexo e impactante, onde a influência da estrutura educacional transcende a mera sala de aula. A Pedagogia da Ausência e da Emergência é uma observação crítica que deve ser feita analisando desde a constituição a respeito da educação escolar até o método por meio do qual os alunos são ensinados, pois elas falam de um espaço geográfico ser de acolhimento ou cerceamento.

A pedagogia brasileira está situada em um espaço de tensão entre o progressismo e o conservadorismo. Há de se questionar também qual progressismo é este que está sendo defendido. A escola veiculada no PIBID abordada ao longo deste artigo é progressista em seus assuntos discutidos em sala, com uma epistemologia inclusiva, nesse sentido, uma pedagogia que emerge, no entanto, está refém de um plano educacional maior, que entende pedagogia como um campo de ensino de normas e que deve repreender quem não se encaixa nas normas hegemônicas: o estudante preto. Os espaços escolares públicos muitas vezes se tornam um ambiente violento para esse grupo social, tanto no campo do discurso pedagógico que o trata como inexistente, e sua cultura desmerecida, quanto fisicamente, por meio da repressão por parte da Ronda Escolar.

A necessidade da discussão sobre qual pedagogia está sendo aplicada nas escolas brasileiras surge de uma necessidade de humanização e protagonismo dos atendidos por essa instituição, os alunos. É uma questão que abraça toda a comunidade discente, uma mudança de paradigma sobre a própria área de educação e formação de professores de forma tão humanizada quanto a pedagogia que deveria ser ensinada. Uma mudança do campo educacional deverá ser uma mudança estrutural, sendo a escola um órgão responsável pela propagação do conhecimento e da cultura. A Pedagogia das Emergências é a esperança de uma sociedade que celebre a diversidade.

AGRADECIMENTOS

À minha família e meus amigos, por me apoiarem intensamente.

REFERÊNCIAS

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**, 6 vols. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002.

GOMES, Nilma Lino. . **O movimento negro educador. Saberes construídos na luta por emancipação**. Petrópolis, RJ: vozes, 2017.

HEGEMONIA. **Dicionário jornalístico- Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venácio**, [s.l.] 01 jul 2022. Disponível em: www.epsjv.fiocruz.br/noticias/dicionario-jornalistico/hegemonia#:~:text=O%20Estado%20educador%3A%20hegemonia%20como%20rela%C3%A7%C3%A3o%20pedag%C3%B3gica&text=E%20completa%3A%20%E2%80%9CGramsci%20formula%20o,hegemonia%20como%20uma%20rela%C3%A7%C3%A3o%20pedag%C3%B3gica. Acesso em: 15 ago. 2023.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: leituras**. São Paulo:Pioneira Thomson Learning, 2003.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia**. 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p.17-37.

UNES, Ranchimit Batistahttps. **História da educação escolar brasileira: o negro no processo de constituição e expansão escolar**. *In*: EPENN, Natal, 2014. [Anais]. Natal: UFRN, 2014.